autuado por cintiacarrer em 27/08/2026 16:45:46.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 660/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Lei Federal nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, que cria o Programa Diversidade na Universidade e dá outras providências.

Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Lei Federal nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007, que institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa.

Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, nº 9.029, de 13 de abril de 1995, nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e nº 10.778, de 24 de novembro de 2003.

Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências.

Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código

Matéria DSP 13035/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 27/08/2026 e juntado ao PL 660/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=759140.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.

Lei Federal nº 13.663, de 14 de maio de 2018, que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet.

Lei Federal nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público.

Lei Federal nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

Lei Federal nº 15.142, de 3 de junho de 2025, que reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).

Lei Estadual nº 10.237, de 12 de março de 1999, que institui política para a superação da discriminação racial no Estado.

Lei Estadual nº 11.369, de 28 de março de 2003, que veda qualquer forma de discriminação racial, ao idoso, à pessoa portadora de necessidades especiais, à mulher e dá outras providências.

Lei Estadual nº 13.504, de 17 de abril de 2009, que institui o "Dia do Combate à Intolerância Religiosa".

Matéria DSP 13035/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 27/08/2026 e juntado ao PL 660/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=759140.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Lei Estadual nº 14.187, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial.

Lei Estadual nº 16.758, de 8 de junho de 2018, que torna obrigatória a informação sobre cor ou identificação racial em todos os cadastros, bancos de dados e registros de informações assemelhados, públicos e privados, no Estado e dá providências correlatas.

Lei Estadual nº 16.762, de 11 de junho de 2018, que altera a Lei nº 14.187, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial.

Lei Estadual nº 17.157, de 18 de setembro de 2019, que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação por motivo religioso.

Lei Estadual nº 17.346, de 12 de março de 2021, que institui a Lei Estadual de Liberdade Religiosa no Estado de São Paulo e dá outras providências.

Lei Estadual nº 18.429, de 13 de março de 2026, que altera a Lei nº 17.431, de 14 de outubro de 2021, para estabelecer o Protocolo de Combate à Violência contra a Mulher na Universidade.

Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 8.383, de 19 de abril de 1976, que reorganiza o Serviço Funerário do Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 10.040, de 1986, que determina a cassação dos alvarás de funcionamento de estabelecimentos comerciais que venham a praticar discriminações incompatíveis com o princípio da isonomia.

Lei Municipal nº 11.123, de 22 de novembro de 1991, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 11.321, de 1992, que cria a Coordenadoria Especial do Negro – CONE e dá outras providências.

Lei Municipal nº 11.973, de 1996, que dispõe sobre a introdução nos currículos das escolas municipais de 1º e 2º graus de “estudos contra a discriminação racial”.

Lei Municipal nº 11.995, de 1996, que veda qualquer forma de discriminação no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos municipais ou particulares, comerciais, industriais e residenciais multifamiliares existentes no Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo, cria e estrutura seu órgão

Matéria DSP 13035/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 27/08/2026 e juntado ao PL 660/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=759140.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

regulador, autoriza o Poder Público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão, institui a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares – TRSD, a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde – TRSS e a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana – FISLURB, cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana – FMLU e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.791, de 13 de fevereiro de 2004, que cria o Programa Municipal de Combate ao Racismo e o Programa de Ações Afirmativas para Afrodescendentes da Prefeitura Municipal de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.454, de 27 de junho de 2007, que consolida a legislação municipal sobre a denominação e a alteração da denominação de vias, logradouros e próprios municipais e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.485, de 19 de julho de 2007, que consolida a legislação municipal referente a datas comemorativas, eventos e feriados do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 14.954, de 13 de julho de 2009, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia do Combate à Intolerância Religiosa, a ser realizado anualmente em 21 de janeiro, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.142, de 2010, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir a Marcha Noturna pela Democracia Racial, evento com início na noite de todo dia 12 de maio, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.939, de 23 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público municipal em cargos efetivos e comissionados.

Lei Municipal nº 16.129, de 12 de março de 2015, que dispõe sobre a inclusão nos sistemas de informação, avaliação e monitoramento, coleta de dados, censos, bem como em suas ações e programas, do quesito cor/raça, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.335, de 2015, que institui o Programa Municipal São Paulo Afro Empreendedor e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.340, de 30 de dezembro de 2015, que cria o Programa Selo Igualdade Racial, para promover ações afirmativas de promoção da igualdade racial no âmbito da iniciativa privada no Município de São Paulo, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.829, de 6 de fevereiro de 2018, que institui o Prêmio Nelson Mandela de Apoio a Iniciativas de Promoção da Igualdade Racial para o Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 17.180, de 25 de setembro de 2019, que altera a Lei nº 16.703, de 4 de outubro de 2017, que disciplina as concessões e permissões de serviços, obras e bens públicos realizadas no âmbito do Plano Municipal de Desestatização – PMD; modifica a Lei nº 8.383, de 19 de abril de 1976, que reorganiza o Serviço Funerário do

Matéria DSP 13035/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 27/08/2026 e juntado ao PL 660/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=759140.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

Município de São Paulo; estabelece providências correlatas quanto à prestação dos serviços cemiteriais e funerários; e revoga os dispositivos legais que especifica.

Lei Municipal nº 17.463, de 9 de setembro de 2020, que institui o Conselho Municipal de Defesa e Promoção da Liberdade Religiosa – COMPLIR.

Lei Municipal nº 17.530, de 24 de novembro de 2020, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial da Cidade de São Paulo o Dia da Procissão de Oxalá de Combate à Intolerância Religiosa e Lavagem da Escadaria da Igreja do Largo do Rosário dos Homens Pretos.

Lei Municipal nº 17.890, de 4 de janeiro de 2023, que institui no Calendário Oficial do Município de São Paulo a Semana da Diversidade Religiosa.

Lei Municipal nº 17.950, de 19 de maio de 2023, que institui a obrigatoriedade de capacitação dos professores da rede de ensino pública e privada para atuação na promoção da igualdade racial, e dá outras providências.

PL nº 644/2026 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia da Marcha para Exu no Município de São Paulo.

PL nº 598/2026 – Institui a Política Municipal de Promoção da Equidade Étnico-Racial e da Educação Antirracista na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, estabelece diretrizes para o enfrentamento ao racismo institucional e dá outras providências.

PL nº 594/2026 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia da Marcha para Ogum e São Jorge Guerreiro no Município de São Paulo.

PL nº 584/2026 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de capacitação continuada em combate à intolerância religiosa, direitos humanos e cultura afro-brasileira para os agentes dos órgãos de segurança pública que atuam no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL nº 480/2026 – Institui o Programa de Combate à Cristofobia no Município de São Paulo e dispõe sobre a responsabilização de condutas que atentem contra a moral e os princípios das religiões de matriz cristã no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL nº 395/2026 – Institui a Lei de Territorialização da Cultura Negra no Município de São Paulo, cria o Cadastro Municipal de Territórios Culturais Negros e estabelece mecanismos de reconhecimento, proteção e fomento.

PL nº 341/2026 – Institui o Programa Municipal de Fomento à Capoeira: Salvaguarda, Difusão Cultural e Inclusão Racial, e dá outras providências.

PL nº 322/2026 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de janeiro de 2007, para incluir o Dia do Afroturismo no calendário oficial da Cidade.

Matéria DSP 13035/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 27/08/2026 e juntado ao PL 660/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=759140.

autuado por cintiacarrer em 27/08/2026 16:45:46.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL nº 303/2026 – Institui o “Programa Saúde Mental da Juventude Negra na Escola”, que estabelece diretrizes e ações de enfrentamento aos impactos do racismo na saúde mental de crianças e adolescentes das comunidades escolares.

PL nº 204/2026 – Institui a Política Municipal de Prevenção e Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça, inclusive em meios digitais, e dá outras providências.

PL nº 142/2026 – Dispõe sobre a regularização, proteção, deveres e fiscalização para terreiros de matrizes africanas.

PL nº 1.439/2025 – Institui o Programa “Biblioteca da Primeira Infância” no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 1.306/2025 – Altera a Lei nº 14.454, de 27 de junho de 2007, que disciplina a denominação e a alteração da denominação de vias, logradouros e próprios municipais, para acrescentar novas hipóteses de vedação referentes a pessoas condenadas por atos de preconceito, discriminação ou intolerância contra a fé cristã.

PL nº 1.104/2025 – Institui a Política Municipal de Proteção à Liberdade de Fé da Juventude Cristã no âmbito das instituições de ensino públicas e conveniadas do Município de São Paulo.

PL nº 799/2025 – Dispõe sobre a vedação a manifestações de caráter antissemita no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 677/2025 – Institui o Programa de Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena “São Paulo de Dandara e Piatã” nas escolas do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL nº 661/2025 – Cria o Programa de Oportunidades para a Juventude Negra e Periférica, destinado à ampliação do acesso ao emprego e à formação profissional para jovens negros e periféricos no Município de São Paulo.

PL nº 638/2025 – Declara o trançado como patrimônio imaterial do Município de São Paulo, reconhecendo sua relevância histórica.

PL nº 543/2025 – Institui a Política Municipal de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

PL nº 472/2025 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia da Identidade Armênia e dos Cristãos Armênios no Calendário de Eventos do Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL nº 418/2025 – Dispõe sobre a criação do Observatório da Violência Política Digital de Gênero e/ou Raça contra Mulheres no âmbito municipal e dá outras providências.

Matéria DSP 13035/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 27/08/2026 e juntado ao PL 660/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=759140.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL nº 392/2025 – Dispõe sobre a proibição de despesas públicas que promovam ou incentivem invasões de propriedades e grupos terroristas no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 371/2025 – Dispõe sobre a criminalização de condutas que atentem contra a moral e os princípios das religiões de matriz cristã no Município de São Paulo, estabelece a reparação por dano moral à imagem das religiões em caso de ofensa pública e dá outras providências.

PL nº 362/2025 – Reconhece as casas e comunidades tradicionais de matrizes africanas, indígenas e quilombolas como espaços de saúde, assistência, bem-estar e acolhimento no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL nº 329/2025 – Dispõe sobre a vedação da utilização de símbolos religiosos em eventos públicos no Município de São Paulo e estabelece medidas de respeito à diversidade religiosa e cultural.

PL nº 255/2025 – Institui o Programa de Respeito à Religião em Eventos Culturais no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 228/2025 – Proíbe o financiamento público a escolas de samba e apresentações artísticas que promovam intolerância religiosa e dá outras providências.

PL nº 116/2025 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, com a finalidade de incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia de Combate à Cristofobia no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 76/2025 – Autoriza o Poder Executivo a exonerar servidor público, efetivo ou ocupante de cargo em comissão, que participe de eventos ou manifestações que apoiem, incitem ou façam apologia a atos que configurem terrorismo ou crimes contra a humanidade no Município de São Paulo.

PL nº 775/2024 – Dispõe sobre a criação de políticas públicas de combate ao antissemitismo e dá outras providências.

PL nº 582/2024 – Autoriza o Poder Executivo a criar e implantar o Conselho Municipal Popular Participativo Contra o Racismo Religioso no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 182/2024 – Institui o Programa Municipal de Combate ao Racismo Religioso no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 724/2023 – Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo a “Semana da Celebração das Vestimentas das Religiões de Matriz Africana”, a ser celebrada anualmente entre os dias 21 e 27 de março, e dá outras providências.

Matéria DSP 13035/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 27/08/2026 e juntado ao PL 660/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=759140.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL nº 623/2023 – Institui a adoção do protocolo de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de racismo nas escolas do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 449/2023 – Institui o Protocolo Municipal Antirracista na cidade de São Paulo e dá outras providências.

PL nº 829/2021 – Cria a Política de Acompanhamento e Fiscalização Popular da Implementação do Plano de Ações da Década Internacional dos Afrodescendentes e a Comissão Especial de Representantes da Sociedade Civil para Acompanhamento da Década Internacional dos Afrodescendentes.

PL nº 772/2021 – Implementa a obrigatoriedade de capacitação aos participantes do Programa Jovem Monitor Cultural, arte-educadores e produtores culturais para atuarem na promoção da cultura negra e indígena, e dá outras providências.

PL nº 767/2021 – Institui a obrigatoriedade do ensino de africanidades, história indígena e relações étnico-raciais no âmbito da educação infantil municipal, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 13035/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 27/08/2026 e juntado ao PL 660/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=759140.